



ATA N.º 101

01-09-2021

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Nae' and 'Helo'.

Ao primeiro dia do mês de setembro de dois mil e vinte e um, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a coordenação do Senhor Presidente da Câmara João Manuel Casaca Português, realizou-se a centésima primeira reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Luís José de Brito Camacho Barriga, Francisco Xavier Candeias Fitas Maria Jacinta Cardoso Grilo e Noémia Ermelinda Rocha Frago Ramos. -----

Participou também nos trabalhos o Jurista, Chefe da Unidade de Apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade, Vitor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação, e desta vez, por motivo de férias do trabalhador designado para o efeito, coube-lhe também a tarefa de secretariar a reunião do Órgão Executivo Colegial.-----

A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois dos membros da Câmara em cima enunciados terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

(Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico). -----

Não se registaram intervenções. -----

BALANCETE DE TESOUREARIA REFERENTE AO DIA 31 DE AGOSTO DE 2021: -----

€ 485.632,10. -----

1 - A.G.C. - ASSOCIAÇÃO GALGUEIRA DE CUBA - PEDIDO DE LICENÇAS PARA CORRIDA DE GALGOS E CEDÊNCIA DE MATERIAL.-----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 46/2021 da Subunidade Administrativa que reporta a pretensão da **A.G.C. Associação Galgueira de Cuba**, ou seja, emissão de licença para a realização de três Corridas de Galgos, nos dias 11 e 25/09, no horário compreendido entre as 17h00 e a 01h00, e no dia 09/10, no horário compreendido entre as 09h00 e as 18h00 no Recinto da Feira Anual de Cuba, bem como a licença especial de ruído, som, regularizar a pista, e a isenção do pagamento das taxas.-----

De acordo com o disposto na alínea ee) do art. 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09, compete à Câmara Municipal no âmbito do planeamento e do desenvolvimento ***“criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património municipal ou colocados por lei, sob a administração municipal”***.-----

Refere o n.º 2 do art.º 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba, poderão estar isentos de taxas ou beneficiar de uma redução até 50% mediante deliberação fundamentada da câmara as pessoas coletivas de utilidade pública administrativa.-----

As taxas previstas em tabela são as seguintes: Licença especial de ruído – € 52,32. -----

A Câmara por unanimidade, delibera deferir a pretensão do requerente, isentando-o em 50% do pagamento das taxas associadas.-----

2 – PROCESSO DISCIPLINAR COMUM N.º 01/2020 - PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO FINAL EM PROCESSO DISCIPLINAR. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 48/2021 do Serviço de apoio Jurídico que menciona o seguinte: Tendo sido rececionados nos serviços desta Câmara Municipal, no passado dia 13/08/2021, os autos das inquirições feitas às testemunhas indicadas no processo disciplinar comum n.º 01/2020, residentes no concelho de Beja, cuja audição havia sido solicitada à Câmara Municipal de Beja, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º 218.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (doravante LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, e

atendendo ao elevado número de testemunhas ouvidas (28) neste processo, assim como à complexidade na recolha e análise de toda a prova, considero não ser possível dar cumprimento ao prazo de 5 dias para elaboração do respetivo relatório final, conforme estatuído no n.º 1 do art.º 219.º da LTFP.-----

Nesta conformidade, ao abrigo do disposto no n.º 2 do atrás referido art.º 219.º, solicito à Câmara Municipal a prorrogação do prazo para elaboração do relatório final por mais 20 dias.-----

Pelo exposto, deve V. Ex.ª, Sr. Presidente, no âmbito da competência prevista na alínea o) do n.º do art.º 35.º da LTFP, remeter o presente assunto para deliberação pelo órgão executivo na sua próxima reunião ordinária.-----

A Câmara por unanimidade, delibera deferir a pretensão e prorrogar o prazo do procedimento disciplinar por mais 20 dias.-----

3 - JUNTA DE FREGUESIA DE FARO DO ALENTEJO - PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. -----

Foi presente à Informação n.º 47/2021 da Subunidade Administrativa, onde enuncia que aquele órgão solicita licença especial de ruído para a realização de animação de ruas com Carrinha Alegórica, em Faro do Alentejo, no dia 28 de agosto de 2021, no horário compreendido entre as 21h00 e a 00h00.-----

De acordo com o disposto no n.º 15.º do Decreto-Lei 278/2007 de 01/08, o exercício de atividades ruidosas temporárias pode ser autorizado em casos excecionais e devidamente justificados, mediante emissão de licença especial de ruído concedida pelo município. -----

O presente pedido tem enquadramento no disposto no artigo 15.º do presente Decreto-Lei. -----

O deferimento fica condicionado ao cumprimento das normas da DGS em vigor no dia do evento no que concerne a distância de segurança e a limite máximo de pessoas em estabelecimentos de restauração e afins. Para qualquer esclarecimento adicional deverá ser contactada a Autoridade Local de Saúde. -----

A Câmara por unanimidade, delibera ratificar o despacho do Sr. Presidente que

autorizou a pretensão do requerente, alertando para a necessidade de cumprimento das normas da DGS em vigor à data do evento.-----

4 - EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DA RUA 1.º DE MAIO, LARGO DA ESTAÇÃO E ZONA CONFINANTE AO JARDIM DOS COMBATENTES, EM CUBA – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO POR PARTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO PLANO DE TRABALHOS MODIFICADO APRESENTADO PELO EMPREITEIRO – CONSDEP – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO POR PARTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA EMPREITADA APRESENTADO PELO DIRETOR DE OBRA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 45/2021 do Chefe da UAJDSCS, cujo teor aqui se transcreve: “Como é consabido, por razões de ordem variada a empreitada da Rua 1.º de Maio e Largo da Estação está com um atraso considerável, não tendo o empreiteiro demonstrado capacidade de resposta para os compromissos que assumiu. -----

Se é verdade que durante um período de tempo a Câmara impediu a realização de qualquer trabalho na Rua 1.º de Maio, enquanto a Estrada da Circunvalação não esteve aberta ao trânsito, por forma a permitir uma fluidez razoável do mesmo, o que constatamos é que os restantes trabalhos, leia-se largo da Estação e zona confinante ao Jardim dos Combatentes poderia e deveria ter avançado e ao longo dos últimos três meses tem estado quase literalmente parada por dificuldades do empreiteiro.-----

Relembramos que a empreitada tinha um prazo de execução de 180 dias, teve o auto de consignação e o início dos trabalhos ocorrido em 01 de junho de 2020, portanto há quinze meses! -----

Através da Informação n.º 35/2021, datada de 25 de março de 2021, da autoria do Eng. Góis Pereira, a Câmara Municipal deliberou a 31 de março de 2021 conceder uma prorrogação legal ao empreiteiro com a duração de 163 dias, legitimando assim a conclusão dos trabalhos para 15 de agosto. -----

Ora, ocorre que o empreiteiro em nada aproveitou este tempo para avançar com os trabalhos em sintonia com o que lhe havíamos solicitado, estando a obra hoje quase parada. -----

No entanto, e porque se trata de um projeto cofinanciado no âmbito dos fundos comunitários – Plano de Mobilidade Urbana Sustentável – Centros Urbanos

Complementares, em que o grau de execução financeira ainda não atingiu os 30%, vimo-nos forçados a pedir uma reprogramação até 31 de dezembro, solicitando à empresa que nos apresentasse uma prorrogação de prazo até essa data, para podermos fundamentar documentalmente a nossa pretensão. -----

Aqui chegados, **abordemos de facto e de direito as duas situações** sobre a qual o dono de obra – Câmara Municipal – tem que se pronunciar. -----

1.ª - A primeira delas está relacionada com a apreciação e aprovação por parte do dono de obra do **plano de trabalhos modificado**. -----

Por atrasos variados, que compete ao responsável da fiscalização melhor narrar e fundamentar, destacando-se a falta de mão-de-obra e de equipamentos, em sintonia com a proposta apresentada, sem que fosse dada qualquer satisfação ao dono de obra, muito menos solicitada uma **suspensão dos trabalhos** por parte do empreiteiro ao abrigo 366.º do CCP, para que existisse uma justificação plausível para apresentar a quem legitimamente questione o ocorrido.-----

Regista-se que, salvo melhor opinião, **não colhe o argumento que o empreiteiro apresenta sistematicamente no sentido de não lhe ser disponibilizada a frente de trabalhos na sua totalidade, porquanto tratando-se de uma via de circulação estruturante na vila era consabido que existiria impedimento à realização de trabalhos na mesma até que a Estrada da Circunvalação estivesse transitável.** Poderia e deveria ter sido executados os trabalhos no Largo da Estação e na Zona Confinante ao Jardim da Estação e não foram, por culpa exclusiva do empreiteiro, em resultado de incapacidade ou incúria. -----

Neste contexto, foi solicitado ao empreiteiro que apresentasse um plano de trabalhos modificado, realista, e que pudesse merecer parecer positivo da fiscalização e a aprovação por parte do dono de obra, em sintonia com o art º 404 º do CCP, onde o legislador determinou:

Artigo 404.º

Desvio do plano de trabalhos

1 - Em caso de desvio do plano de trabalhos que, injustificadamente, ponha em risco o cumprimento do prazo de execução da obra ou dos respetivos prazos parcelares, o dono da obra pode notificar o empreiteiro para apresentar, no prazo de 10 dias, um

plano de trabalhos modificado, adotando as medidas de correção que sejam necessárias à recuperação do atraso verificado.

2 - Realizada a notificação prevista no número anterior, se o empreiteiro não apresentar um plano de trabalhos modificado em moldes considerados adequados pelo dono da obra, este pode elaborar novo plano de trabalhos, acompanhado de uma memória justificativa da sua viabilidade, devendo notificá-lo ao empreiteiro.

3 - Caso se verifiquem novos desvios, seja relativamente ao plano de trabalhos modificado pelo empreiteiro ou ao plano de trabalhos notificado pelo dono da obra nos termos do disposto no número anterior, este pode tomar a posse administrativa da obra, bem como dos bens móveis e imóveis à mesma afetos, e executar a obra, diretamente ou por intermédio de terceiro, nos termos previstos nos n.os 2 a 4 do artigo 325.º, procedendo aos inventários, medições e avaliações necessários.

4 - Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o empreiteiro é responsável perante o dono da obra ou perante terceiros pelos danos decorrentes do desvio injustificado do plano de trabalhos, quer no que respeita ao conteúdo da respetiva prestação quer no que respeita ao prazo de execução da obra.

Atentos os factos e o direito aplicável, julgamos que o plano de trabalhos modificado ora apresentado, **deve merecer deliberação favorável por parte do dono de obra**, no âmbito das competências que lhe são cometidas **pelo n.º 5 do art.º 361.º do CCP**, aqui aplicável por analogia com as regras do plano de trabalhos ajustado.-----

-2.ª – A segunda questão, de algum modo conexa com a primeira, **corresponde ao pedido de prorrogação do prazo da empreitada**, que como em cima foi dito, inicialmente estipulado em 180 dias de calendário, com o prazo a contar a partir de 01 de junho de 2020 e a cessar a 15 de agosto de 2021, já com prorrogação de 163 dias concedidos pelo dono de obra na sua reunião ordinária de 31 de março de 2021

Ora, vem o empreiteiro solicitar a prorrogação do prazo até 31 de dezembro de 2021.

Vide doc. n.º 1. -----

É opinião da equipa de fiscalização que a prorrogação deve ser aprovada, **conforme doc. n.º 2**, mas deve ser graciosa e não legal como é solicitada, porque em função dos argumentos já explanados existe incapacidade ou incúria do empreiteiro que lhe retiram qualquer legitimidade para lhe ser concedida prorrogação legal. -----

Sobre as prorrogações legais ou graciosas importa relembrar o seguinte:-----

a) - Atualmente o CCP, à semelhança do que sucedia com o Decreto-Lei n.º 59/99, também não contém uma norma expressa com a definição do que se entende por prorrogação graciosa. -----

b) - As **prorrogações graciosas** do prazo para conclusão do contrato de empreitada contrapõem-se às **prorrogações legais** do prazo para conclusão do contrato de empreitada. Estas últimas correspondem a um direito do adjudicatário (empreiteiro), previsto na lei (presentemente, no CCP) que, em certos casos, determinam um prolongamento ou ampliação do prazo do cumprimento do contrato por não ter sido possível ao empreiteiro, por razões que não lhe são imputáveis, cumprir o prazo inicialmente previsto.

c) - As prorrogações graciosas do prazo para conclusão do contrato de empreitada correspondem também a um prolongamento ou ampliação do prazo de cumprimento do contrato mas que é concedido pelo dono da obra ao empreiteiro em virtude de este não ir conseguir cumprir o prazo de conclusão previsto por razões que, não obstante lhe serem (ao empreiteiro) imputáveis, **o dono da obra entende deverem ser relevadas.**

d) - Tratam-se, portanto, de prorrogações que não são impostas por lei, por não corresponderem a situações em que a lei determina essa prorrogação de prazo, **pelo que são concedidas, ou não, pelo dono de obra (contraente público) conforme este entender razoável e justo, dadas as circunstâncias concretas do caso que fundamentam esse pedido de prorrogação.** -----

e) – Assim sendo, deverão **entender-se como prorrogações legais** as que resultem do aumento do prazo da empreitada em razão das situações previstas nos artigos 373.º e 374.º do CCP e ainda como impacto da suspensão da obra por parte do dono de obra nos termos definidos no art.º 365.º também do CCP. -----

Aqui chegados, importa clarificar quais os efeitos financeiros da atribuição de uma prorrogação ao empreiteiro, e a esse propósito dispõe o art.º 13.º do Dec. Lei n.º 6/2004, de 06 de janeiro, o seguinte:

Artigo 13.º

Prorrogações

1 - Sempre que sejam concedidas ao empreiteiro prorrogações legais, a revisão de preços será calculada com base no plano de pagamentos reajustado.

2 - Se a prorrogação for graciosa, o empreiteiro não terá direito a qualquer acréscimo de valor da revisão de preços em relação ao prazo acrescido, devendo esta fazer-se pelo plano de pagamentos que, na datada prorrogação, se encontrar em vigor.

3 - Considera-se que a prorrogação de prazo é graciosa quando derive de causas imputáveis ao empreiteiro, mas que o dono da obra entenda não merecerem a aplicação da multa contratual.

Como atrás vimos, não vislumbramos razões de facto e de direito para conceder qualquer prorrogação legal ao empreiteiro, porquanto até à data não ocorreram situações que o justifique, e o atraso resulta essencialmente de alguma inércia do empreiteiro. No entanto, a bem do normal funcionamento da empreitada e porque julgamos não dever nesta fase censurar o empreiteiro, **propõe-se o deferimento da pretensão da prorrogação**, mas concedê-la a **título gracioso**, por não se vislumbrarem razões de facto ou de direito até à data que permitam invocar a prorrogação legal.”-----

A Câmara por unanimidade, delibera:-----

1.º - Atentos os factos e o direito aplicável, o plano de trabalhos modificado ora apresentado, **merece deliberação favorável por parte do dono de obra**, no âmbito das competências que lhe são cometidas **pelo n.º 5 do art.º 361.º do CCP**, aqui aplicável por analogia com as regras do plano de trabalhos ajustado;-----

2.º - Pelos motivos explanados na informação que acompanha a deliberação, não se vislumbram razões de facto e de direito para conceder qualquer prorrogação legal ao empreiteiro, porquanto até à data não ocorreram situações que o justifique, e o atraso resulta essencialmente de alguma inércia do empreiteiro. No entanto, a bem do normal funcionamento da empreitada e porque julgamos não dever nesta fase censurar o empreiteiro, **determina-se o deferimento da pretensão da prorrogação**,

mas concedê-la a **título gracioso**, por não se vislumbrarem razões de facto ou de direito até à data que permitam invocar a prorrogação legal.-----

2.1.º - Assim sendo é aceite o pedido de prorrogação do prazo da empreitada até 31 de dezembro de 2021.-----

3.º - Mais delibera o dono de obra solicitar ao empreiteiro que, não tendo capacidade de resposta para continuar a empreitada por razões que lhe sejam imputáveis ou por outros motivos distintos, **equacione a possibilidade de efetuar a cessão da sua posição contratual na empreitada a um terceiro em sintonia com o art.º 316.º e seguintes do CCP.**-----

5 – INFORMAÇÃO N.º 70/2021 – SERVIÇO DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE – PEDIDO DE APOIOS SOCIAIS – ALIMENTAÇÃO.

Foi presente à Câmara o despacho do Senhor Presidente que deferiu, com base na Informação n.º 70/2021, do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo à situação explanada, e ao facto da munícipe reunir os requisitos para poder ser apoiada no âmbito dos Apoios Sociais, nos termos do disposto na alínea v) n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, em articulação com a alínea j) n.º 1 do art.º 2.º, nos números 1, 2 e 3 do art.º 3.º, em sintonia com o n.º 1, n.º 2 e al) b) do n.º 4.º do art.º 14.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais, o pedido de apoio para alimentação, no valor de € 50,00, formulado pelo Sr. Bruno Miguel da Costa Parreira. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

6 - INFORMAÇÃO N.º 69/2021 – SERVIÇO DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE – PEDIDO DE APOIOS SOCIAIS – ALIMENTAÇÃO.

Foi presente à Câmara o despacho do Senhor Presidente que deferiu, com base na Informação n.º 69/2021, do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo à situação ex-

planada, e ao facto da munícipe reunir os requisitos para poder ser apoiada no âmbito dos Apoios Sociais, nos termos do disposto na alínea v) n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, em articulação com a alínea j) n.º 1 do art.º 2.º, nos números 1, 2 e 3 do art.º 3.º, em sintonia com o n.º 1, n.º 2 e al) b) do n.º 4.º do art.º 14.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais, o pedido de apoio para alimentação, no valor de € 50,00, formulado pela Srª. D. Elina Daniela Raimundo Mateus Lopes.

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

7 - INFORMAÇÃO N.º 68/2021 – SERVIÇO DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE – PEDIDO DE APOIOS SOCIAIS – ALIMENTAÇÃO.-----

Foi presente à Câmara o despacho do Senhor Presidente que deferiu, com base na Informação n.º 68/2021, do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo à situação explanada, e ao facto da munícipe reunir os requisitos para poder ser apoiada no âmbito dos Apoios Sociais, nos termos do disposto na alínea v) n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, em articulação com a alínea j) n.º 1 do art.º 2.º, nos números 1, 2 e 3 do art.º 3.º, em sintonia com o n.º 1, n.º 2 e al) b) do n.º 4.º do art.º 14.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais, o pedido de apoio para alimentação, no valor de € 50,00, formulado pela Srª. Jacinta Custódia Parreirinha Batista -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

8 - SUBMISSÃO DE UMA CANDIDATURA CEI+ PELA CÂMARA MUNICIPAL DE CUBA - 1 VAGA - AÇÃO SERVIÇOS GERAIS.-----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 58 da Subunidade de Gestão de Programas Ocupacionais e Estágios, da autoria da Assistente Técnica Lucinda Galandim mencionando que, relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre informar na sequência do despacho da Sra. Vereadora Dr.ª Noémia Ramos, que é intenção desta autarquia, apresentar uma candidatura CEI+ no âmbito dos Programas de Emprego ao IEFP para a integração de um trabalhador na área Serviços Gerais.-----

Nestes termos somos a expor a despesa associada a uma candidatura: -----

Valores globais 2021:

- 1) 1.1 - Bolsa mensal: 438,81 € x 1 pessoa x 4 meses1.755,24 €
1.2 - Subsídio de alimentação: 100,17 € x 1 pessoa x 4 meses400,68 €
1.3 - Seguro de Acidentes pessoais:..... 100,00 €
Total :2.255,92 €

2) Participação a efetuar pelo IEFP:

- 2.1 Bolsa mensal: 351,05 € (80% do IAS) x 1 pessoa x 4 meses.....1404,19 €

Participação total e efetuar pelo IEFP:1.404,19 €

3) Atendendo à participação por parte do IEFP, nos termos previstos na legislação supracitada, conclui-se que os custos a suportar por esta autarquia são os seguintes:

- 3.1 Bolsa mensal: 87,76 € (20% do IAS) x 1 pessoa x 4 meses351,04 €
3.2 - Subsídio de alimentação: 100,17 € x 1 pessoa x 4 meses400,68 €
3.2 - Seguro de Acidentes pessoais:..... 100,00 €
Total a cargo da entidade851,72 €

Valores globais 2022:

- 1) 1.1 - Bolsa mensal: 438,81 € x 1 pessoa x 2 meses877,62 €
1.2 - Subsídio de alimentação: 100,17 € x 1 pessoa x 2 meses200,34 €
Total :1.077,96 €

2) Participação a efetuar pelo IEFP:

- 2.1 Bolsa mensal: 351,05 € (80% do IAS) x 1 pessoa x 2 meses.....702,09 €

Comparticipação total e efetuar pelo IEFP:702,09 €

3) Atendendo à comparticipação por parte do IEFP, nos termos previstos na legislação supracitada, conclui-se que os custos a suportar por esta autarquia são os seguintes:

3.1 Bolsa mensal: 87,76 € (20% do IAS) x 1 pessoa x 2 meses175,52 €

3.2 - Subsídio de alimentação: 100,17 € x 1 pessoa x 2 meses200,34 €

Total a cargo da entidade375,86 €

Face ao exposto cumpre-me concluir:

- por força das competências que são cometidas ao Presidente do órgão executivo do município pela alínea o) do n.º 1 do art. 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, no que concerne ao estabelecimento e distribuição da ordem do dia das reuniões desse mesmo órgão, deve a presente informação ser remetida à reunião ordinária da câmara municipal que terá lugar no próximo dia 01 de Setembro de 2021, para que nela possa ser deliberado o seguinte:

- A aprovação da candidatura, bem como a aprovação da despesa com a ela associada, sendo que no ano **2021** o valor a considerar é de **851,72 €**, e no ano **2022** é de **375,86 €**.

A Câmara, por unanimidade, deliberou submeter a candidatura assumindo os encargos decorrentes da aprovação da mesma. -----

Mais deliberou a Câmara determinar que os efeitos práticos da presente deliberação ficarão condicionados à futura alteração orçamental que dotará as rubricas necessárias dos encargos mencionados na informação. -----

9 - PROGRAMA DE EMPREGO E APOIO À QUALIFICAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E INCAPACIDADE - DECRETO-LEI N.º 290/2009, DE 12 DE OUTUBRO, ALTERADO PELA LEI N.º 24/2011, DE 16 DE JUNHO, E PELOS DECRETOS-LEIS N.OS 131/2013, DE 11 DE SETEMBRO, E 108/2015, DE 17 DE JUNHO - RENOVAÇÃO DE CONTRATOS A TERMO (6 MESES).

Foi presente à Câmara a Informação n.º 65 da Subunidade de Gestão de Programas Ocupacionais e Estágios, da autoria da Assistente Técnica Lucinda Galandim, que menciona relativamente ao assunto em epígrafe, e tendo por base a deliberação de

Câmara de 13 de maio de 2020, que aprovou a candidatura à medida do IEPF “Programa Emprego Apoiado em Mercado Aberto”, sou a informar que é intenção do município renovar os contratos por igual período de tempo, uma vez que os mesmos vão terminar em 13 de Setembro/21.

Face ao exposto sou a informar a despesa inerente para 6 pessoas pelo período de 6 meses:

Ano 2021

1.1 – Remuneração Base: 665,00 € x 6 pessoas x 3 meses e 17 dias.....	14.231,00 €
1.2 – Subsídio de férias e natal.....	2371,84 €
1.3 - Subsídio de alimentação: 104,94 € x 6 pessoas x 3 meses e 17 dias.....	2.289,60 €
1.4 - Seguro de Acidentes Trabalho (apólice conjunta):.....	570,00 €
1.5 – Segurança Social a cargo da entidade (23,75%):.....	3.943,17 €
Total:	23.405,61€

2) Comparticipação a efetuar pelo IEPF (3.º Escalão):

2.1 – Salário base: 665,00 € x 50% (% RM)x 6 pessoas x 3 meses e 17 dias.....	7.115,50 €
2.2 – Seg. Social Entidade (23,75% RB) 157,94 € x 50% (%RM) x 6 pessoas x 3 meses e 17 dias.....	1.689,93 €

Comparticipação total e efetuar pelo IEPF:8.805,43 €

3) Atendendo à comparticipação por parte do IEPF, nos termos previstos na legislação, conclui-se que os custos a suportar por esta autarquia são os seguintes:

Total a cargo da entidade14.600,18 €

Ano 2022

1.1 – Remuneração Base: 665,00 € x 6 pessoas x 2 meses	7980,00 €
1.2 - Subsídio de alimentação: 104,94 € x 6 pessoas x 2 meses.....	1259,28 €
1.3 – Segurança Social a cargo da entidade (23,75%):.....	1895,25€
Total:	11.134,53 €

2) Comparticipação a efetuar pelo IEPF (3.º Escalão):

2.1 – Salário base: 665,00 € x 50% (% RM)x 6 pessoas x 2 meses.....	3.990,00€
2.2 – Seg. Social Entidade (23,75% RB) 157,94 € x 50% (%RM) x 6 pessoas x 2 meses	947,64 €

Comparticipação total e efetuar pelo IEPF:4.937,64 €

3) Atendendo à comparticipação por parte do IEF, nos termos previstos na legislação, conclui-se que os custos a suportar por esta autarquia são os seguintes:

Total a cargo da entidade6.196,89 €

Face ao exposto cumpre-me concluir:

- por força das competências que são cometidas ao Presidente do órgão executivo do município pela alínea o) do n.º 1 do art. 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, no que concerne ao estabelecimento e distribuição da ordem do dia das reuniões desse mesmo órgão, deve a presente informação ser remetida à reunião ordinária da câmara municipal que terá lugar no próximo dia 01 de Setembro de 2021, para que nela possa ser deliberado a renovação dos contratos a termo, prorrogando desse modo o programa em causa por um período de 6 meses, bem como a assunção dos compromissos da despesa resultantes desta renovação.-----

A Câmara, por unanimidade, delibera a renovação dos contratos a termo, prorrogando desse modo o programa em causa por um período de 6 meses, bem como a assunção dos compromissos da despesa resultantes desta renovação.-----

10 – SUBMISSÃO DE UMA CANDIDATURA CEI+ PELA JUNTA DE FREGUESIA DE VILA ALVA - 1 VAGA - AÇÃO SERVIÇOS GERAIS.-----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 57 da Subunidade de Programas Ocupacionais e Estágios, da autoria da Assistente Técnica Lucinda Galandim, mencionando que relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre informar, que na sequência do acordo entre o Município de Cuba e a Junta de Freguesia de Vila Alva, a **S.A.S.S.** informa que irá apresentar uma candidatura CEI+ no âmbito dos Programas de Emprego ao IEF para a integração de um trabalhador na área Serviços Gerais.

Assim é pretensão da Câmara Municipal de Cuba apoiar a Junta de Freguesia nesta candidatura.

Nestes termos somos a expor a despesa associada a uma candidatura:

Valores globais 2021:

- 1) 1.1 - Bolsa mensal: 438,81 € x 1 pessoa x 4 meses1.755,24 €
1.2 - Subsídio de alimentação: 100,17 € x 1 pessoa x 4 meses400,68 €
1.3 - Seguro de Acidentes pessoais:..... 100,00 €

Total :2.255,92 €

2) Comparticipação a efetuar pelo IEFP:

2.1 Bolsa mensal: 351,05 € (80% do IAS) x 1 pessoa x 4 meses.....1404,19 €

Comparticipação total e efetuar pelo IEFP:1.404,19 €

3) Atendendo à comparticipação por parte do IEFP, nos termos previstos na legislação supracitada, conclui-se que os custos a suportar por esta autarquia são os seguintes:

3.1 Bolsa mensal: 87,76 € (20% do IAS) x 1 pessoa x 4 meses351,04 €

3.2 - Subsídio de alimentação: 100,17 € x 1 pessoa x 4 meses400,68 €

3.2 - Seguro de Acidentes pessoais:.....
100,00 €

Total a cargo da entidade851,72 €

Valores globais 2022:

1) 1.1 - Bolsa mensal: 438,81 € x 1 pessoa x 2 meses877,62 €

1.2 - Subsídio de alimentação: 100,17 € x 1 pessoa x 2 meses.....200,34 €

Total :1.077,96 €

2) Comparticipação a efetuar pelo IEFP:

2.1 Bolsa mensal: 351,05 € (80% do IAS) x 1 pessoa x 2 meses.....702,09 €

Comparticipação total e efetuar pelo IEFP:702,09 €

3) Atendendo à comparticipação por parte do IEFP, nos termos previstos na legislação supracitada, conclui-se que os custos a suportar por esta autarquia são os seguintes:

3.1 Bolsa mensal: 87,76 € (20% do IAS) x 1 pessoa x 2 meses175,52 €

3.2 - Subsídio de alimentação: 100,17 € x 1 pessoa x 2 meses.....200,34 €

Total a cargo da entidade375,86 €

Face ao exposto cumpre-me concluir:

- por força das competências que são cometidas ao Presidente do órgão executivo do município pela alínea o) do n.º 1 do art. 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, no que concerne ao estabelecimento e distribuição da ordem do dia das reuniões desse mesmo órgão, deve a presente informação ser remetida à reunião

ordinária da câmara municipal que terá lugar no próximo dia 01 de Setembro de 2021, para que nela possa ser deliberado o seguinte:

- A aprovação da candidatura, bem como a aprovação da despesa a ela associada, sendo que no ano **2021** o valor a considerar é de **851,72 €**, e no ano **2022** é de **375,86 €**.

Mais, atenta a deliberação tomada pela Assembleia Municipal na sua sessão de 26 de fevereiro de 2021, que delegou na Câmara Municipal a possibilidade de atribuição excecional de outras verbas às freguesias em casos específicos e fundamentados, registamos a dispensa de remessa do assunto a deliberação da Assembleia Municipal, existindo apenas a obrigatoriedade de reporte da transferência agora legitimada, o que deve ocorrer na primeira sessão daquele órgão que ocorrer no ano civil e económico de 2022.

A Câmara, por unanimidade, delibera a aprovação da candidatura, bem como a aprovação da despesa a ela associada, sendo que no ano **2021** o valor a considerar é de **851,72 €**, e no ano **2022** é de **375,86 €**.-----

11 - SUBMISSÃO DE TRÊS CANDIDATURAS AO PROGRAMA DE EMPREGO E APOIO À QUALIFICAÇÃO DAS PESSOAS C/ DEFICIÊNCIA E INCAPACIDADE. EMPREGO APOIADO EM MERCADO ABERTO. DECRETO-LEI N.º 290/2009 DE OUTUBRO, ALTERADO PELA LEI N.º 24/2011, DE 16 DE JUNHO, E PELOS DECRETOS-LEI N.ºS 131/2013, DE 11 DE SETEMBRO, E 108/2015, DE 17 DE JUNHO. DECRETO-LEI N.º 13/2015, DE 26 DE JANEIRO (LEI QUADRO DA POLITICA DE EMPREGO).

Foi presente à Câmara a Informação n.º 59 da Subunidade de Programas Ocupacionais e Estágios, da autoria da Assistente Técnica Lucinda Galandim, relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre-me informar, que na sequência do despacho do Sr. Presidente, é intenção do município, submeter três candidaturas para 1 pessoa cada, ao Instituto de Emprego e Formação Profissional na medida - Programa de Emprego e apoio à Qualificação das Pessoas c/ Deficiência e incapacidade, Emprego Apoiado em Mercado Aberto. As mesmas irão exercer funções nos serviços operativos da Câmara Municipal na categoria de Assistentes Operacionais. Mais informo que de acordo com o

Decreto-Lei n.º 10-B/2020, de 20 de março, estes trabalhadores irão auferir o salário mínimo nacional no valor atual de 665,00 €

Estas candidaturas irão ter a duração de 1 ano, e podem ser renovadas por igual período de tempo por mais duas vezes, no entanto esta medida permite ir inicialmente até 3 anos.

No apuramento da despesa efetiva deve-se ter em conta as seguintes condições:

A comparticipação corresponde a uma percentagem da remuneração, de acordo com os seguintes escalões, até ao montante máximo definido para cada escalão:

ESCALÃO		COMPARTICIPAÇÃO DO IEFP	
N.º	CAPACIDADE DE TRABALHO	% DA REMUNERAÇÃO	LIMITE MÁXIMO
1	75% a 90%	10%	25% do IAS
2	60% a 74%	30%	75% do IAS
3	45% a 59%	50%	120% do IAS
4	30% a 44%	70%	170% do IAS

- O enquadramento nos escalões de comparticipação é efetuado de acordo com o resultado da avaliação da capacidade de trabalho (e respetivas revisões).
- O escalão de comparticipação do IEFP pode variar ao longo do tempo em resultado do aumento ou diminuição da capacidade de trabalho do trabalhador, alterando-se em consequência os custos com a parte da retribuição e encargos sociais da responsabilidade da entidade empregadora.
- A comparticipação prevista é atribuída até à cessação do contrato de trabalho em regime de emprego apoiado.
- A comparticipação do IEFP prevista para o **escalão 1** (capacidade entre 75% e 90%) é atribuída apenas por 3 anos.
- À entidade empregadora e ao IEFP cabe a responsabilidade pelos custos com as contribuições devidas à segurança social pelo valor correspondente à retribuição paga, cabendo aos trabalhadores os custos com as mesmas pela totalidade da retribuição recebida.

Nestes termos somos a expor a estimativa da despesa associada às três candidaturas para 3 trabalhadores, no 3.º escalão :

Ano 2021:

Valores globais da candidatura Emprego apoiado em mercado aberto (3 colaboradores/3º Escalão (45% capacidade de trabalho):

1.1 – Remuneração Base: 665,00 € x 3 pessoas x 4 meses	7980,00€
1.2 - Subsídio de alimentação: 100,17 € x 3 pessoas x 4 meses	1.202,04 €
1.3 - Seguro de Acidentes Trabalho (apólice conjunta):.....	375,00 €
1.4 – Segurança Social a cargo da entidade (23,75%):.....	1895,25 €
1.5 – Subsidio de Natal	664,92 €
1.6 – Subsidio de férias:.....	664,92 €
Total:	12.782,13€

2) Comparticipação a efetuar pelo IEFP (3.º Escalão):

2.1 – Salário base: 665,00 € x 50% (% RM)x 3 pessoas x 4 meses.....	3990,00 €
2.2 – Seg. Social Entidade (23,75% RB) 157,94 € x 50% (%RM) x 3 pessoas x 4 meses.....	947,62 €

Comparticipação total e efetuar pelo IEFP:4.937,62 €

3) Atendendo à comparticipação por parte do IEFP, nos termos previstos na legislação, conclui-se que os custos a suportar por esta autarquia são os seguintes:

Total a cargo da entidade8.976,55 €

Ano 2022:

Valores globais da candidatura Emprego apoiado em mercado aberto (3 colaboradores/3º Escalão (45% capacidade de trabalho):

1.1 – Remuneração Base: 665,00 € x 3 pessoas x 8 meses	15.960,00 €
1.2 - Subsídio de alimentação: 100,17 € x 3 pessoas x 8 meses	2404,08 €
1.3 – Segurança Social a cargo da entidade (23,75%):.....	3790,50 €
1.4 – Subsidio de Natal	1.330,00 €
1.5 – Subsidio de férias:.....	1.330,30 €
Total:	24 814,58 €

2) Comparticipação a efetuar pelo IEFP (3.º Escalão):

2.1 – Salário base: 665,00 € x 50% (% RM)x 3 pessoas x 8 meses.....	7980,00 €
---	-----------

2.2 – Seg. Social Entidade (23,75% RB) 157,93 € x 50% (%RM) x 3 pessoas x 8 meses.....1.895,25 €

Comparticipação total e efetuar pelo IEPF:9.875,25 €

3) Atendendo à participação por parte do IEPF, nos termos previstos na legislação, conclui-se que os custos a suportar por esta autarquia são os seguintes:

Total a cargo da entidade14.939,33 €

Nota: Os valores são determinados de acordo com a capacidade de trabalho do trabalhador sendo esta determinada com a avaliação do IEPF, assim o que é referido em cima é apenas uma estimativa.

Face ao exposto cumpre-me concluir:

- Por força das competências que são cometidas ao presidente do órgão executivo do município pela alínea p) do n.º 1 do art.º 68.º da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redação atual, no que concerne ao estabelecimento e distribuição da ordem do dia das reuniões desse mesmo órgão, deve a presente informação ser remetida à reunião ordinária da câmara municipal que terá lugar no próximo dia 18 de Agosto de 2021, para que nela possa ser deliberado e submeter à aprovação o seguinte:

- A aprovação e assunção do compromisso com as referidas candidaturas, sendo que no ano **2021** o valor a considerar é de **8.976,55 €**, e no ano **2022** é de **14.939,33 €**.

A Câmara, por unanimidade, delibera - A aprovação e assunção do compromisso com as referidas candidaturas, sendo que no ano **2021** o valor a considerar é de **8.976,55 €**, e no ano **2022** é de **14.939,33 €**.-----

12 - REQUERIMENTO APRESENTADO PELA MANDATÁRIA FINANCEIRA DA COLIGAÇÃO CONSIGO, CUBA CONSEGUE NO ÂMBITO DA ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS DE 2021 - O DIREITO APLICÁVEL AO CASO SUB JUDICE.-----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 46/2021, do Chefe da UAJDCS, cujo teor se transcreve:

“Vem a Mandatária Financeira da Coligação **Consigo, Cuba Consegue** no âmbito da Eleições Autárquicas de 2021, requerer o seguinte, e passo a transcrever:

"Exmo. Sr.

Presidente da Câmara Municipal de Cuba João Manuel Casaca Português

Maria Manuel Marques, mandatária financeira da coligação **CONSIGO CUBA CONSEGUE**, portadora do C.C. 7354070 vem, por este meio requerer a V^a. Ex^a. com carácter de **URGÊNCIA** o seguinte:

- * Licença especial de ruído para o evento de dia 3 de Setembro a partir das 21h;
- * Uma ligação a electricidade, de forma a que possamos ligar as luzes e som;
- * Pelo menos 50 cadeiras para o público;

Relembro que todos os pedidos são referentes ao evento de Campanha Eleitoral que decorrerá no próximo dia 3 de Setembro e que têm carácter de **URGÊNCIA**.

Pede Deferimento,"

Quid Juris?

Salvo melhor opinião, a Lei Geral do Ruído não é aplicável ao caso sub judice, não estando o evento, por ser um evento político, dependente de autorização da Câmara, sujeito a qualquer licenciamento, ou pagamento de qualquer taxa.

Importa pois aqui destrinçar o **período inerente à campanha eleitoral para as autárquicas de 2021**, período esse que **ocorrerá entre 14 e 24 de setembro**.

Se a iniciativa fosse efetuada dentro desse período estaria abrangida pelo art.º 50.º da LEOAL, que determina o seguinte:

Artigo 50.º

Liberdade de reunião e manifestação

1 - No período de campanha eleitoral e para os fins a ela atinentes, a liberdade de reunião rege-se pelo disposto na lei, com as especialidades constantes dos números seguintes.

2 - O aviso a que se refere o n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 406/74, de 29 de Agosto, é feito pelo órgão competente do partido ou partidos políticos interessados ou pelo primeiro proponente, no caso de grupos de cidadãos eleitores, quando se trate de reuniões, comícios, manifestações ou desfiles em lugares públicos ou abertos ao público.

3 - Os cortejos e os desfiles podem realizar-se em qualquer dia e hora, respeitando-se apenas os limites impostos pela liberdade de trabalho e de trânsito e pela manutenção da ordem pública, bem como os decorrentes do período de descanso dos cidadãos.

4 - O auto a que alude o n.º 2 do artigo 5.º do citado diploma é enviado, por cópia, ao respetivo presidente da câmara municipal e, consoante os casos, às entidades referidas no n.º 2.

5 - A ordem de alteração dos trajetos ou desfiles é dada pela autoridade competente, por escrito, às mesmas entidades e comunicada ao presidente da câmara municipal territorialmente competente.

6 - A presença de agentes da autoridade em reuniões organizadas por qualquer candidatura apenas pode ser solicitada pelas entidades referidas no n.º 2, sendo estas responsáveis pela manutenção da ordem quando não façam tal solicitação.

7 - O limite a que alude o artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 406/74, de 29 de Agosto, é alargado até às 2 horas.

8 - O recurso previsto no n.º 1 do artigo 14.º do diploma citado é interposto no prazo de quarenta e oito horas para o Tribunal Constitucional.

Ora, tendo o evento político lugar antes do período de campanha eleitoral formal, ou seja no próximo dia 03 de setembro, é aplicável ao mesmo o art.º 43.º do mesmo diploma que determina:

Artigo 43.º

Liberdade de reunião

A liberdade de reunião para fins eleitorais rege-se pelo disposto na lei geral sobre o direito de reunião, sem prejuízo do disposto no artigo 50.º.

Assim sendo importa trazer à colação a Lei Geral sobre o Direito de Reunião, ou seja, o Dec. Lei n.º 406/74, de 29 de agosto:

ARTIGO 11.º

As reuniões de outros ajuntamentos objeto deste diploma não poderão prolongar-se para além das 0,30 horas, salvo se realizadas em recinto fechado, em salas de espetáculos, em edifícios sem moradores, ou em caso de terem moradores, se forem estes os promotores ou tiverem dado o seu assentimento por escrito.

Aqui chegados importa aferir o que diz o art.º 2.º n.º 1 da mesma norma, já na Redação da Lei Orgânica n.º 01/2011, de 30 de novembro, após extinção dos governadores civis:

ARTIGO 2.º

1 - As pessoas ou entidades que pretendam realizar reuniões, comícios, manifestações ou desfiles em lugares públicos ou abertos ao público avisam por escrito e com a antecedência mínima de dois dias úteis o presidente da câmara municipal territorialmente competente.

Por outro lado, e no que concerne ao material solicitado, baixada de luz e 50 cadeiras, relembramos o disposto no art.º 63.º da LEOAL:

Artigo 63.º

Lugares e edifícios públicos

1 - O presidente da câmara municipal deve procurar assegurar a cedência do uso, para fins da campanha eleitoral, de edifícios públicos e recintos pertencentes ao Estado e outras pessoas coletivas de direito público, repartindo com igualdade a sua utilização pelos concorrentes na autarquia em que se situar o edifício ou recinto.”.

A Câmara por unanimidade, delibera:

1.º - Dar conhecimento à requerente que o ato político em concreto não está sujeito a qualquer licença ou autorização, mas apenas a mero conhecimento prévio ao Presidente da Câmara, com antecedência mínima de dois dias úteis, em conformidade com o art.º 2.º do Dec. Lei n.º 406/74, de 29 de agosto, na redação atual, em articulação com o art.º 43.º da LEOAL;

2.º - O horário limite do evento é o previsto no art.º 11.º do Dec. Lei n.º 406/754, de 29 de agosto, sendo o seu cumprimento da inteira responsabilidade dos organizadores;

3.º - Dar conhecimento à requerente que em sintonia com o art.º 63.º da LEOAL cabe ao Presidente da Câmara diligenciar para cedência dos espaços municipais e quando exequível, de equipamentos municipais para o efeito.-----

13 - VANDA CRISTINA RATO MATA PINTOS - PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO.-

Foi presente à Câmara a Informação n.º 48/2021, da Subunidade Administrativa onde é mencionado que "Solicita a Sr.ª Vanda Cristina Rato Mata Pintos, licença especial de ruído para a realização de Animações no Parque Manuel de Castro, em Cuba, nos dias 02 a 06 de setembro de 2021, no horário compreendido entre as 21h00 e a 04h00.

De acordo com o disposto no n.º 15.º do Decreto-Lei 278/2007 de 01/08, o exercício de atividades ruidosas temporárias pode ser autorizado em casos excecionais e devidamente justificados, mediante emissão de licença especial de ruído concedida pelo município.

O presente pedido tem enquadramento no disposto no artigo 15.º do presente Decreto-Lei.

O deferimento fica condicionado ao cumprimento das normas da DGS em vigor no dia do evento no que concerne a distância de segurança e a limite máximo de pessoas em estabelecimentos de restauração e afins. Para qualquer esclarecimento adicional deverá ser contactada a Autoridade Local de Saúde.

A Câmara por unanimidade, delibera deferir a presente pretensão registando que de acordo com a legislação em vigor sobre as normas COVID o horário de funcionamento não poderá ir para além das 02h00m. Mais delibera a Câmara que a presente licença deve ser compatibilizada com os espetáculos do Evento Animar Cuba, edição de 2021, não devendo o som pôr em causa os espetáculos da autarquia. -----

Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 11h00m. -----

E eu, Vitor Manuel Parreira Fialho, Chefe da UAJDACS, redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente. -----

O Presidente da Câmara,

O Chefe da UAJDACS,

A large, stylized handwritten signature in blue ink, which appears to read "Vitor Manuel Parreira Fialho".A vertical column of handwritten marks in blue ink on the right margin. From top to bottom: a signature, the word "Nao" (No), the word "Deito", and a large stylized "X" or checkmark.